

OCUPAÇÕES RURAIS E URBANAS NA REGIÃO DA CAMPANHA - FAZENDA SÃO PEDRO: A (in)eficiência do Poder Público e a morosidade da Justiça na resolução dos conflitos agrários na região da campanha



ACADÊMICOS DO CURSO DE DIREITO¹

BUENO, Person¹

MOURA, Luís Felipe Fischeoeder¹

PEREIRA, Mara Karsburg¹

SILVA, Margarete Soares¹

TRINDADE, Marlom dos Santos¹

PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO²

ÁVILA, Francine Nunes²

KOPPER, Quêlen²

OLIVEIRA, Juliana Gonçalves²

RODRIGUES, Natália Centeno²



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa consiste em realizar um estudo acerca das implicações de natureza jurídica em face das invasões de imóveis rurais realizadas pelos movimentos populares que lutam pela reforma agrária no Brasil. Vindo de encontro ao fato histórico ocorrido no ano de 1991, quando da invasão da Fazenda São Pedro por 4 mil integrantes do movimento sem terra, no Distrito de Tupy Silveira, na época cidade de Bagé, hoje, pertencente ao município de Candiota. A origem desta pesquisa está baseada na história de uma família que teve sua vida ligada a terra e que sofreu a invasão de seus campos, o esbulho de sua propriedade e a agressão a sua vida de homem e cidadão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi feito um levantamento histórico com pesquisa de documentos referenciados à época do ocorrido, relatando a repercussão social dessa invasão, através de notícias de jornais e relatos da família proprietária da Fazenda invadida. Foi estudado o direito a propriedade e sua função social. As questões cíveis e processuais envolvendo pedido de reintegração de posse seguida de desapropriação. Foi abordado também o direito penal, devido à invasão de terras seguida de esbulho possessório com uso de força e violência e cárcere privado do proprietário das terras.

METODOLOGIA

Para realizar o presente trabalho segundo os objetivos propostos, o tipo de pesquisa utilizado foi o da pesquisa exploratória. Os métodos de pesquisa definidos foram o da pesquisa bibliográfica; pesquisa documental, com fundamentação jurídica sobre o problema abordado e análise de documentos oficiais, como o processo judicial e a pesquisa de estudo de caso, onde foi feito um estudo profundo de forma a investigar o fato histórico ocorrido. A técnica de coleta de dados empregada foi a da documentação indireta, com pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas e análise de conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se ao longo desta pesquisa, que o respeito aos direitos humanos são a base do Estado Democrático de Direito e somente torna-se viável a efetivação de um Estado republicano no momento em que todos, sem distinção, tiverem as mesmas condições de oportunidade, não somente no discurso da igualdade jurídica formal, mas no conteúdo das reais possibilidades de uma vida plena e digna. O enfoque adotado no trabalho foi o de verificar a atuação da justiça no caso concreto de invasão de propriedade, onde neste episódio, os direitos do cidadão e da propriedade foram desrespeitados por quem deveria fazê-los cumprir. Ficou claro que o êxito da Reforma Agrária depende de uma série de fatores, principalmente da articulação política e envolvimento das esferas do Poder Público. Constatou-se enfim, que a morosidade do poder judiciário no trato das ações possessórias impede o avanço nas negociações desses conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto, **Tratado de Direito Penal**, p. 457, Volume 1, Ed. Saraiva jur, 27ª edição, revista e atualizada 2021.

BRASIL, **Lei da Reforma Agrária**, nº 8629 de 25 de fevereiro de 1993, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm

MST – **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, <https://mst.org.br/> / Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, ano XI nº 119, p.12, setembro/1992.

NETTO, Maria Conceição Avancini, **TERRA – Raízes de uma família**, 1997, Martins Livreiro - Editor.

PROCESSO Nº **001/1.05.0289254-8 – Poder Judiciário Rio Grande do Sul** – Comarca Porto Alegre – 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central.